

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003219-62.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Fábio Luiz Loddi**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**FABIO LUIZ LODDI** ajuizou Ação **DE COBRANÇA SECURITÁRIA — DPVAT — INVALIDEZ PERMANENTE** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito em 26/06/2016, e sofreu lesões de natureza grave, que resultaram na sua Invalidez Permanente. Argumentou ter realizada pedido administrativo, recebendo por isso a quantia de R\$ 337,50. Pediu a procedência da ação e a condenação da ré ao pagamento de diferença de indenização relativa ao seguro DPVAT no valor de R\$ 9.112,50. Juntou documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa as fls. 56/74. Preliminarmente, alegou que não há comprovação cabal nos autos que o beneficiário é o proprietário do veículo envolvido no acidente. No mérito, alegou

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que a parte autora não recolheu o “seguro obrigatório”. Sustentou que já houve pagamento administrativo. No mais, rebateu e inicial e culminou por pedir a total improcedência do pedido contido na porta.

Sobreveio réplica às fls. 100/105.

Pelo despacho de fls. 106/107 foi determinada a realização de perícia médica.

O laudo foi encartado às fls. 157/150.

Houve manifestação das partes sobre o laudo técnico a fls. 164/165 pelo autor e a fls. 167/175 pela Seguradora.

**É o relatório.**

**DECIDO**, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

**As preliminares foram rechaçadas pela decisão de fls. 106/107.**

O fato de o proprietário do veículo acidentado não ter quitado o prêmio na época do sinistro, não tem influência nesta ação.

A Súmula 257 do STJ aplica-se indistintamente a **todas as vítimas** de acidente de trânsito, estando em consonância com a legislação em vigor, que exige, para fins de pagamento, simples prova do acidente e do dano decorrente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Nesse sentido:

APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO. ALEGAÇÃO DA SEGURADORA DE AUSÊNCIA DE COBERTURA TÉCNICA. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. A legislação que rege a matéria exige tão somente "simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado" (Lei nº 6.194/74). Além disso, incide integralmente na espécie a Súmula 257 do Superior Tribunal de Justiça, de teor seguinte: "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COBRANÇA. INSURGÊNCIA DA RÉ COM RELAÇÃO À REPARTIÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. EXISTÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. SEGURADORA QUE DEU CAUSA AO AJUIZAMENTO DA PRESENTE DEMANDA. RECURSO IMPROVIDO. A ré também pretende que o autor arque com a integralidade do ônus sucumbencial. No entanto, ainda que o proveito econômico da autora tenha ficado muito aquém de sua pretensão inicial, o certo é que ela formulou pedido administrativo, que foi irregularmente negado. Assim, a seguradora deu causa ao ajuizamento da presente demanda e, por isso, deve ser mantido o rateio do ônus sucumbencial imposto em primeira instância. APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. PERTINÊNCIA. RECURSO PROVIDO NESTA PARTE. Levando-se em consideração os parâmetros traçados no art. 85 do CPC/2015, aplicável à espécie, mais razoável se mostra estimá-los em 15% sobre o valor da condenação, como pretendido alternativamente nas razões recursais da ré, sem qualquer desmerecimento essa redução ao trabalho profissional desenvolvido no feito, dada a falta de complexidade da demanda e o trabalho despendido pelos patronos. HONORÁRIOS RECURSAIS. ELEVAÇÃO DO PERCENTUAL EM RAZÃO DA ATIVIDADE RECURSAL DESENVOLVIDA. APLICAÇÃO DO ART. 85, §§ 11, DO CPC/2015. INCIDÊNCIA NO CASO. Tratando-se de recurso interposto e julgado na vigência do CPC/2015, de rigor reconhecer a incidência de seu art. 85, § 11. No caso, impõe-se a elevação dos honorários advocatícios do patrono da autora para 16% sobre o valor da condenação, considerando a natureza do trabalho realizado em âmbito recursal. (TJSP; Apelação 1002492-37.2016.8.26.0664; Relator (a): Adilson



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de Araujo; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro de Votuporanga - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 05/12/2017; Data de Registro: 05/12/2017)

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – INDENIZAÇÃO – Acidente de trânsito – Ausência de pagamento do prêmio – Irrelevância – Súmula 257 do STJ - Em consonância à legislação vigente, o pagamento do seguro obrigatório é devido indistintamente às vítimas de acidente de trânsito, irrelevante o pagamento do prêmio pela proprietária do veículo e também vítima do sinistro - Prova inequívoca do acidente e, portanto, do nexo entre os danos sofridos pela vítima e o acidente – Lesões no fêmur esquerdo – Prova pericial que apontou uma incapacidade da ordem de 6,25% do valor indenizável – Ação julgada parcialmente procedente, com fixação da indenização devida – Sentença mantida - Recurso improvido.

(TJSP; Apelação 1005637-16.2017.8.26.0196; Relator (a): Carlos Nunes; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro de Franca - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 05/12/2017; Data de Registro: 05/12/2017)

Diante do exposto, a tese alegada pela ré já se encontra pacificada.

No mérito propriamente dito:

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 26/06/2016.

O artigo 3º, inciso “II” da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em “até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**” (*in verbis*).

Tem ela **aplicação *in casu***, uma vez que o acidente se deu conforme já dito, em 26/06/2016, ou seja, durante a sua vigência.

O parecer médico de fls. 157/160 revela que há nexo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de causalidade e também dano patrimonial físico sequelar estimado em 6,25% ou seja, uma incapacidade laboral parcial e definitiva e não invalidez.

Na inicial, o autor sustenta que ter recebido o valor de R\$ 337,50.

Assim, tem ele direito a uma diferença no montante de R\$ 540,00, já que 6,25% do teto equivalem a R\$ 877,50.

\*\*\*

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** a ré **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** a pagar ao autor, **FÁBIO LUIZ LODDI**, a quantia de **R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais)**, referente a uma diferença do percentual de 6,25% da indenização do seguro DPVAT por ocorrência de sequela parcial e permanente prevista no artigo 5º, inciso "II" da Lei 6.194/74 (*com alteração dada pela Lei 11.482/07*), uma vez que já recebeu o valor de R\$ 337,50 de forma administrativa.

Referido valor será pago com correção monetária a partir da data do evento, ou seja, (26/06/2016) e juros de mora, à taxa legal, a partir da citação.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes e cada qual arcará com os honorários de seu patrono. Em relação ao autor, tais verbas ficam suspensas em atenção ao disposto no art. 98. Parágrafo 3º do CPC.

**Publique-se e intemem-se. .**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 13 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**